



**Relatório da Administração**

**Senhores Acionistas:** Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013. Colocamo-nos à sua disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários. A Administração

**Balancos Patrimoniais**

em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

	Nota	31/12/2014		31/12/2013	
			(reapresentado)		(reapresentado)
<b>Ativo circulante</b>		<b>15.108</b>	<b>19.530</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	5	4.200	7.280		
Contas a receber de clientes	7	6.584	8.684		
Impostos a recuperar	8	4.093	3.380		
Despesas pagas antecipadamente		19	152		
Outros ativos		19	34		
<b>Não circulante</b>		<b>358.062</b>	<b>369.802</b>		
Titulos e valores mobiliários	6	10.987	10.086		
Impostos a recuperar	8	6.969	10.985		
Adiantamento a fornecedores		2.197	2.224		
Cauções e depósitos judiciais		259	63		
Outros ativos		4.178	3.978		
Imobilizado	9	331.647	340.731		
Intangível	10	1.825	1.735		
<b>Total do ativo</b>		<b>373.170</b>	<b>389.332</b>		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido**

31 de Dezembro de 2014 e 2013

	Nota	31/12/2014		31/12/2013	
			(reapresentado)		(reapresentado)
<b>Passivo circulante</b>		<b>31.084</b>	<b>29.463</b>		
Empréstimos e financiamentos	11	15.615	15.652		
Fornecedores	12	12.455	8.551		
Salários, férias e encargos sociais		177	210		
Impostos e contribuições sociais a recolher		667	2.274		
Provisões para gastos com UBP		335	341		
Provisões para gastos ambientais	13	875	1.427		
Taxas regulamentares e setoriais		1.224	969		
Credores diversos		36	38		
Outros passivos		-	1		
<b>Não circulante</b>		<b>177.027</b>	<b>197.364</b>		
Empréstimos e financiamentos	11	169.054	184.082		
Adiantamento para futuro aumento de capital	20.1	400	5.400		
Provisões para contingências	14	622	267		
Provisões para gastos com UBP	13	2.763	2.697		
Provisões para gastos ambientais		-	730		
Provisões de constituição dos ativos		494	494		
Outras obrigações		3.694	3.694		
<b>Patrimônio líquido</b>		<b>165.059</b>	<b>162.505</b>		
Capital social	15	82.000	82.000		
Adiantamento para futuro aumento de capital	20.1	85.870	85.870		
Prejuízos acumulados		(2.811)	(5.365)		
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>		<b>373.170</b>	<b>389.332</b>		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis**

(Em milhares de reais)

**1. INFORMAÇÕES GERAIS**

A Foz do Rio Claro Energia S.A. (Companhia), é uma "SPE - Sociedade de Propósito Específico" e foi constituída em 16 de janeiro de 2006 com a finalidade de explorar o potencial de energia hidrelétrica localizado no Rio Claro, Municípios de São Simão e Caçu, no Estado de Goiás, denominado Usina Hidrelétrica Engº José Luiz Muller de Godoy Pereira (antiga Foz do Rio Claro), bem como das respectivas Instalações de Interesse Restrito à Central Geradora e a comercialização ou utilização da energia elétrica produzida. A Companhia é diretamente controlada pela Alupar Investimento S.A. ("Alupar"). O Superintendente de Fiscalização dos Serviços de Geração da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, por meio do Despacho nº 2.252 de 4 de agosto de 2010, liberou a unidade geradora UG1, de 34.200 kW de capacidade instalada da UHE Engº José Luiz Muller de Godoy Pereira (antiga Foz do Rio Claro), para início da operação comercial a partir de 5 de agosto de 2010, quando a energia produzida pela unidade geradora passou a estar disponível ao sistema. Em 1º de dezembro de 2010, por meio do Despacho nº 3.682, foi liberada a unidade geradora UG2, de 34.200 kW de capacidade instalada, para início da operação comercial a partir de 2 de dezembro de 2010, quando a energia produzida pela unidade geradora passou a estar disponível ao sistema. O Contrato de Concessão de Serviço Público para Geração de Energia Elétrica nº 005/2006-IMME-UHE FOZ DO RIO CLARO, datado de 15 de agosto de 2006, celebrado com a União por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL outorgou à Companhia a concessão de Serviço de Geração de Energia Elétrica pelo prazo de 35 anos, que consiste na exploração do potencial de energia hidrelétrica localizado no Rio Claro e com potência instalada mínima de 68,4 MW. Como pagamento pelo uso do bem público a Companhia efetuará o pagamento de parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual proposto de R\$ 214, sendo a primeira parcela a ser paga no início das operações comerciais da UHE. As operações da UHE foram iniciadas durante o exercício de 2010 e durante os últimos três exercícios (2012, 2013 e 2014) a Companhia vem apresentando resultados positivos que estão reduzindo os seus prejuízos acumulados. Dentro do plano de negócios que prevê todo o período futuro de concessão da Companhia, a Administração prevê que sua rentabilidade futura será suficiente para proporcionar a recuperação dos investimentos realizados e honrar todos os compromissos assumidos. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2014 a administração estima que nenhum ajuste é necessário para fazer face à recuperação dos ativos ou liquidação de seus passivos.

**2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 19 de fevereiro de 2015. **2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis da Companhia, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC e outros órgãos reguladores, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2014. **2.2. Base de preparação e apresentação:** As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. **2.4. Reclassificação para fins de comparabilidade:** Visando melhorar a comparabilidade das informações apresentadas nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2013, a Companhia efetuou a reclassificação no balanço patrimonial e nas demonstrações do fluxo de caixa no montante de R\$ 3.693 referente a fundiário não vinculados a contingências, da rubrica de depósito judicial para rubrica outros ativos. **2.5. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos relevantes sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

**3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente para os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis. **3.1. Ativos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente:** **3.1.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras, e são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, sendo apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado. **3.1.2. Títulos e valores mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários são classificados como disponível para venda, em função de não terem sido constituídos com o objetivo de serem negociados no curto prazo, não terem a característica de derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, e não tenham pelo fato de administração da Companhia não ter a intenção de mantê-los até o vencimento. **3.1.3. Contas a receber de clientes:** A Companhia classifica os saldos de contas a receber de clientes como instrumentos financeiros "recebíveis". Recebíveis são representados por instrumentos financeiros não derivativos com recebimentos fixos, e que não estão cotados em um mercado ativo. Os recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, por ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação ou por créditos de liquidação duvidosa. **3.1.4. Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** A provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável, está constituída com base na estimativa das prováveis perdas que possam ocorrer na cobrança dos créditos. O critério utilizado pela administração da Companhia é o de se efetuar análise individual sobre as contas julgadas de difícil recebimento. Em 31 de dezembro de 2014 a administração avaliou não ser necessária a constituição de uma provisão para créditos de liquidação duvidosa. **3.1.5. Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros:** Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (impairment). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro. **3.1.6. Instrumentos financeiros derivativos:** Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante o exercício de 2014 e 2013, incluindo operações de hedge. **3.2. Provisões e passivos circulantes e não circulantes:** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é mais provável que não, que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. **3.3. Passivos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente:** Os passivos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo por meio do resultado e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado. Fornecedores, empréstimos e financiamentos são classificados como empréstimos e recebíveis. **3.4. Instrumentos financeiros - apresentação líquida:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se,

**9. IMOBILIZADO**

A composição e movimentação do custo do imobilizado e da depreciação é a seguinte:

	Taxa média anual de depreciação	31/12/2014	Adições	Transferências	Baixas	31/12/2013
<b>Em serviço</b>						
Terenos	0%	3.129	-	-	-	3.129
Reservatórios, barragens e adutoras	3%	111.087	-	-	-	111.087
Edificações, obras civis e benfeitorias	3%	98.116	-	-	-	98.116
Máquinas e equipamentos	3%	149.620	12	(12)	-	149.620
Veículos	14%	60	(12)	60	-	12
Móveis e utensílios	13%	117	15	-	(12)	114
<b>Em curso</b>		<b>8.847</b>	<b>63</b>	<b>(48)</b>	-	<b>8.832</b>
<b>Total do custo do imobilizado</b>		<b>370.976</b>	<b>78</b>	<b>(12)</b>	-	<b>370.910</b>
<b>Depreciação</b>						
Reservatórios, barragens e adutoras	(10.884)	(2.466)	-	-	-	(8.418)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(8.836)	(1.995)	-	-	-	(6.841)
Máquinas e equipamentos	(19.573)	(4.667)	-	-	-	(14.906)
Móveis e utensílios	(29)	(16)	-	-	-	(13)
Veículos	(7)	(6)	-	-	-	(1)
<b>Total da depreciação</b>		<b>(39.329)</b>	<b>(9.150)</b>	-	-	<b>(30.179)</b>
<b>Total do imobilizado líquido</b>		<b>331.647</b>	<b>(9.072)</b>	-	(12)	<b>340.731</b>

**Demonstrações de Resultados**

31 de Dezembro de 2014 e 2013

	Nota	31/12/2014		31/12/2013	
			(reapresentado)		(reapresentado)
<b>Receita operacional líquida</b>		<b>17</b>	<b>62.475</b>		<b>61.232</b>
<b>Custos operacionais</b>					
Custos dos serviços prestados			(12.476)	(10.922)	
Taxa de fiscalização			(129)	(132)	
Compra de energia elétrica			(22.124)	(14.484)	
Depreciação e amortização			(9.160)	(9.151)	
Utilização do bem público - UBP			(83)	(316)	
	18		<b>(43.972)</b>	<b>(35.005)</b>	
			<b>18.503</b>	<b>26.227</b>	
<b>Lucro bruto (Despesas) receitas operacionais</b>					
Administrativas e gerais			(855)	(1.360)	
Pessoal			(898)	(758)	
Honorários da diretoria e conselho de administração	20.3		(420)	(368)	
Depreciação e amortização			(12)	-	
Outras (despesas) receitas			-	4	
	18		<b>(2.185)</b>	<b>(2.482)</b>	
			<b>16.318</b>	<b>23.745</b>	
<b>Lucro antes do resultado financeiro</b>					
Despesas financeiras	19		(15.148)	(16.353)	
Receitas financeiras	19		2.167	967	
			<b>(12.981)</b>	<b>(15.386)</b>	
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>			<b>3.337</b>	<b>8.359</b>	
Imposto de renda e contribuição social			(783)	(1.930)	
<b>Lucro líquido do exercício</b>	16		<b>2.554</b>	<b>6.429</b>	
<b>Resultado por ação</b>					
<b>Básico e diluído - R\$</b>	16		<b>0,0311</b>	<b>0,0784</b>	
<b>Quantidade de ações do capital - lotes de mil</b>			<b>82.000</b>	<b>82.000</b>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**Demonstrações dos Resultados Abrangentes**

31 de Dezembro de 2014 e 2013

	31/12/2014		31/12/2013	
		(reapresentado)		(reapresentado)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>2.554</b>		<b>6.429</b>
Outros resultados abrangentes		-		-
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>		<b>2.554</b>		<b>6.429</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**10. INTANGÍVEL**

Conforme descrito na nota explicativa nº 1, a Companhia tem a obrigação de efetuar pagamento pelo UBP. A composição e movimentação do custo do intangível e da amortização é a seguinte:

	Taxa média anual de amortização	31/12/2014		31/12/2013	
			Adições		Adições
<b>Em serviço</b>					
Software	20%	124	-	124	
Outros intangíveis	6%	195	195	-	
Uso do bem público - UBP	6%	2.593	-	2.593	
<b>Total do custo do intangível</b>		<b>2.912</b>	<b>195</b>	<b>2.717</b>	
<b>Amortização</b>					
Software		(45)	(13)	(32)	
Outros intangíveis		(10)	(10)	-	
Uso do bem público - UBP		(1.032)	(82)	(950)	
<b>Total da amortização</b>		<b>(1.087)</b>	<b>(105)</b>	<b>(982)</b>	
<b>Total do intangível líquido</b>		<b>1.825</b>	<b>90</b>	<b>1.735</b>	

**11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

O saldo de empréstimos e financiamentos é composto da seguinte forma:

Instituições financeiras/credores	Vencimento	Taxa efetiva	Circulante		Não circulante - Principal	
			31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
BNDES	15/03/27	TJLP + 2,44%	588	15.027	15.615	15.623
Banco Itaú Leasing S.A.	26/09/14	1,10% ao mês	-	-	-	29
			<b>588</b>	<b>15.027</b>	<b>15.615</b>	<b>15.652</b>

O financiamento junto ao BNDES teve como finalidade a construção e a implantação da linha de transmissão para conexão do Sistema Interligado Nacional da Usina Hidrelétrica Engº José Luiz Muller de Godoy Pereira. Tem como garantia o penhor de ações da Alupar Investimento S.A. na Foz do Rio Claro Energia S.A., penhor dos direitos emergentes do Contrato de Concessão e penhor dos direitos de crédito e Garantia - reserva de meios de pagamento (CCVE, CCAL e outras). O contrato de financiamento foi assinado em 09 de abril de 2008, e os recursos relacionados a este financiamento foram liberados pelo BNDES entre o período de junho de 2008 a agosto de 2010. Este contrato de financiamento possui as seguintes condições contratuais iniciais: remuneração pela TJLP acrescido de juros de 2,44% ao ano, e amortização do principal e encargos em 192 parcelas mensais e consecutivas, vencendo a primeira em 15 de agosto de 2010. Adicionalmente, foram efetuados três aditivos contratuais, relacionados abaixo: **1. aditivo contratual ocorrido em 02 de junho de 2010:** inclusão do acionista FI-FGTS como interveniente no contrato de financiamento. **2. aditivo contratual ocorrido em 12 de julho de 2010:** alteração da conta centralizadora a ser utilizada para liquidação do financiamento. **3. aditivo contratual ocorrido em 16 de novembro de 2010:** alteração do vencimento da primeira parcela do principal e encargos passou a ser em 15 de abril de 2011. As quantidades de parcelas de amortização não foram alteradas, sendo o vencimento final deste contrato em 15 de março de 2027. A Companhia possui os seguintes covenants estabelecidos em seu contrato de financiamento, apurados e exigidos anualmente: Índice de capitalização ≥ 25%; Índice de cobertura de serviço da dívida ≥ 1,2. Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia atendeu o Índice de Capitalização e o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD). A Companhia em 29 de abril de 2013 celebrou contrato sob nº 4571823 com finalidade de Leasing Financeiro junto ao Banco Itaú Leasing S.A., para aquisição de veículo. O valor principal da operação totaliza R\$ 48, foram previstas 18 prestações para liquidação do leasing. Esse contrato foi quitado em 26 de setembro de 2014. As parcelas relativas ao financiamento (principal mais encargos) atualmente classificados no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos:

2016	2017	2018	2019	2020	Após 2020	Dívida Total
15.027	15.027	15.027	15.027	15.027	93.919	169.054

**12. FORNECEDORES**

O saldo de fornecedores é composto por:

	31/12/2014	31/12/2013
Matérias e serviços	523	476
Retenção contratual	10.135	8.054
Liquidação negativa CCCE	21	21
	1.776	-
	<b>12.455</b>	<b>8.551</b>

**13. PROVISÕES PARA GASTOS AMBIENTAIS**

	31/12/2014	31/12/2013

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

(Em milhares de reais)

## 20. PARTES RELACIONADAS

**20.1. Transações com partes relacionadas:** Os contratos celebrados ou que possa celebrar, com partes relacionadas são estabelecidos em condições específicas formalizadas entre as partes, bem como avaliada a necessidade de pedido de anuência prévia à ANEEL, nos termos da Resolução Normativa nº 334, de 21 de outubro de 2008. Todas as transações entre partes relacionadas podem ser assim demonstradas:

	31/12/2014	31/12/2013
<b>Passivo circulante</b>		
AF Energia S.A. - Prestação de serviços	165	155
ACE Comercializadora Ltda. - Prestação de serviços	5	
	<u>165</u>	<u>155</u>
<b>Passivo não circulante</b>		
Alupar - Adiantamento para futuro aumento de capital	400	5.400
	<u>400</u>	<u>5.400</u>
<b>Patrimônio líquido</b>		
Alupar - Adiantamento para futuro aumento de capital	85.870	85.870
	<u>85.870</u>	<u>85.870</u>

**20.2. Garantias:** As transações de garantias estão abaixo relacionadas:

Data da autorização	Órgão autorizador	Empresa garantida	Empresa garantidora	Contrato	Garantia	Início do contrato	Encerramento do contrato	Valor do contrato	Saldo devedor do contrato em 31/12/2014
11/02/08	Conselho de Administração	Foz	Alupar	Financiamento - BNDES	Fiança irrestrita	09/04/08	15/03/27	201.630	184.669
					Prestação de Aval na Fiança nº 100411020057000 decorrente de quantias questionadas nos autos de Ação de Execução de Título Extrajudicial movida pela Construtora Triunfo em face da Foz.				A fiança será extinta tão logo a ação seja julgada.
14/03/11	Conselho de Administração	Foz	Alupar	Fiança	Prestação de Aval na Fiança nº 100411020056900 decorrente de quantias questionadas nos autos de Ação de Execução de Título Extrajudicial movida pela Construtora Triunfo em face da Foz.	10/02/11	Indeterminado	1.299	
14/03/11	Conselho de Administração	Foz	Alupar	Fiança	Prestação de Aval na Fiança nº 100411020057200 decorrente de quantias questionadas nos autos de Ação de Execução de Título Extrajudicial movida pela Construtora Triunfo em face da Foz.	10/02/11	Indeterminado	847	
14/03/11	Conselho de Administração	Foz	Alupar	Fiança	Prestação de Aval na Fiança nº 100411030052800 decorrente de quantias questionadas nos autos de Ação de Execução de Título Extrajudicial movida pela Construtora Triunfo em face da Foz.	10/02/11	Indeterminado	542	
14/03/11	Conselho de Administração	Foz	Alupar	Fiança	Prestação de Aval na Fiança nº 181500012 com a finalidade de garantir a operação de financiamento com o BNDES.	04/03/11	Indeterminado	663	
03/12/12	Diretoria	Foz	Alupar	Fiança	Fiança nº 180659214 - Garantir obrigação pecuniária do Afiandado, referente ao Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica Convencional - CVPL 005/14, firmado entre as partes em 17/03/2014	30/12/13	30/12/15	29.017	29.017
17/06/14	Conselho de Administração	Foz	Alupar	Fiança	Fiança nº 180967014 - Garantir obrigação pecuniária do Afiandado, referente ao Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica nº 41800_703.762, celebrado entre as partes em 01/06/2014 - COMPASS.	17/06/14	02/02/15	1.844	1.844
01/09/14	Diretoria	Foz	Alupar	Fiança	Instrumento Particular de Constituição de Garantia por Prestação de	01/09/14	02/02/15	983	983
03/12/12	Diretoria	Foz	Alupar	Fiança	Fiança nº 181386812 - ONS	03/12/12	03/12/15	751	751

## A Diretoria

## Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas e Diretores da **Foz do Rio Claro Energia S.A.**, São Paulo - SP. Examinamos as demonstrações contábeis da Foz do Rio Claro Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos**

**auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações

**20.3. Remuneração da alta administração:** A política de remuneração da Companhia aplicável aos Administradores estabelece uma remuneração fixa aos membros da Diretoria e aos membros do Conselho de Administração. O Conselho de Administração faz jus à remuneração de valor equivalente a 10% daquela devida à Diretoria. No exercício de 31 de dezembro de 2014, a remuneração foi conforme segue:

	31/12/2014	31/12/2013
Benefícios de curto prazo (a)	(366)	(321)
Remuneração do conselho	(54)	(47)
<b>Total</b>	<u>(420)</u>	<u>(368)</u>

(a) Compostos por ordenados, salários, contribuições para benefícios como assistência médica, seguro de vida e vale refeição.

## 21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. **21.1. Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros:** Encontram-se a seguir um sumário, por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia apresentados nas demonstrações contábeis.

Ativo	31/12/2014		31/12/2013		Mensuração do valor justo	Classificação por categoria
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
Caixa e equivalentes de caixa	4.200	4.200	7.280	7.280	Nível I	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes	6.584	6.584	8.684	8.684	Nível II	Empréstimos e recebíveis
Titulos e valores mobiliários	10.987	10.987	10.086	10.086	Nível I	Ativos financeiros disponíveis para venda
Cauções e depósitos judiciais	259	259	63	63	Nível I	Empréstimos e recebíveis
	<u>22.030</u>	<u>22.030</u>	<u>26.113</u>	<u>26.113</u>		
<b>Passivo</b>						
Fornecedores	12.455	12.455	8.551	8.551	Nível II	Empréstimos e recebíveis
Empréstimos - circulante	15.615	15.615	15.652	15.652	Nível II	Empréstimos e recebíveis
Empréstimos - não circulante	169.054	169.054	184.082	184.082	Nível II	Empréstimos e recebíveis
	<u>197.124</u>	<u>197.124</u>	<u>208.285</u>	<u>208.285</u>		

As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo foram as seguintes: Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários, empréstimos e financiamentos e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil. Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013. **21.2. Hierarquia do valor justo:** A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação: Nível I - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos; Nível II - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e Nível III - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, não houve transferência entre avaliações de valor justo nível I e nível II, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível III e nível II. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 a Companhia classificou como nível I os saldos de caixa e equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários e como nível II o ativo financeiro. **21.3 Informações sobre liquidez:** A Companhia tem como política a eliminação dos riscos de mercado, evitando assumir posições expostas a flutuações de valores de mercado e operando apenas instrumentos que permitam controles de riscos. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração. As políticas de administração de risco da Companhia foram estabelecidas a fim de identificar e analisar riscos enfrentados pela Companhia, e para estabelecer apropriados limites de riscos e monitorar controles e aderência aos limites. As políticas são revisadas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. **21.4. Informações qualitativas e quantitativas sobre instrumentos financeiros: Análise de sensibilidade das aplicações financeiras:** Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nos investimentos de curto prazo ao qual a Companhia estava exposta na data-base de 31 de dezembro de 2014, foram definidos 5 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS do Banco Central do Brasil de 26 de dezembro de 2014, foi extraída a projeção do indexador CDI e assim definindo-os com o cenário provável, a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Indexador	Posição em 31/12/2014	Projeção receitas financeiras - Um ano				
		Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
		CDI	1.438	90	134	179
		<b>6,24%</b>	<b>9,35%</b>	<b>12,47%</b>	<b>15,59%</b>	<b>18,71%</b>

**Aplicações financeiras (caixa e equivalentes de caixa)**  
**Análise de sensibilidade das dívidas:** Com base no relatório FOCUS do Banco Central do Brasil de 26 de dezembro de 2014, foi extraída a projeção do indexador TJLP e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%. Para verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas foram definidos 05 cenários diferentes. Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada foi 31 de dezembro de 2014, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Taxa de juros ao ano	Posição em 31/12/2014	Projeção despesas financeiras - Um ano				
		Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
		TJLP + 2,44%	169.054	8.887	11.269	13.650
		<b>2,75%</b>	<b>4,13%</b>	<b>5,50%</b>	<b>6,88%</b>	<b>8,25%</b>

## Contadora

Patrícia N. S. Ferreira - CRC 1SP237063/O-2



KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6

São Paulo, 19 de fevereiro de 2015

José Luiz Ribeiro de Carvalho  
Contador CRC 1SP141128/O-2